

EMPRÉSTIMOS LINGUÍSTICOS: UMA QUESTÃO DE FALAR DE OU EM TRADIÇÃO?

PRÉSTAMOS LINGUÍSTICOS: UNA CUESTIÓN DE HABLAR DE O EN LA TRADICIÓN?

Clairton José Weber¹

RESUMO: Esta pesquisa tem como *corpus* alguns **galicismos**. Escolhemos este objeto para análise por entender que melhor representa a essência do presente artigo. Os **galicismos** carregam a **tradição linguística**, a **história** e a **cultura** de um povo desde tempos remotos, mas, em especial, a partir do século XVII. Importa esclarecer alguns pontos, estabelecer diferenças e ampliar a compreensão acerca deste instrumento que transfere, muitas vezes, **cultura** e referentes de uma nação estrangeira. É fato que a palavra estrangeira desempenhou importante papel no processo de formação das línguas e que os empréstimos linguísticos foram fundamentais para a manutenção daquelas que hoje estão vivas.

Palavras-chave: galicismos, tradição linguística, história, cultura.

RESUMEN: Esta investigación tiene como corpus algunos galicismos. Hemos elegido este tema para el análisis, porque entendemos que mejor representa la esencia de este artículo. Los galicismos cargan la tradición lingüística, historia y cultura de un pueblo desde la antigüedad, pero sobre todo en siglo XVII. Es importante aclarar algunos puntos, estableciendo las diferencias y ampliando la comprensión de este instrumento, que a menudo, hace transferencias relacionados a la cultura y a los referente de una nación extranjera. Es un hecho que la palabra extranjera juega un papel importante en la formación de las lenguas y que los préstamos lingüísticos fueron cruciales para el mantenimiento de las actuales.

Palabras clave: galicismos, la tradición lingüística, la historia externa, la cultura.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar algumas das relações existentes acerca do aporte de termos estrangeiros incorporados à língua portuguesa. Para atingir este propósito, utilizamos como método a pesquisa bibliográfica recorrendo a linguistas e historiadores, visto que também tentamos demonstrar que tanto a incorporação de um termo tal qual se apresenta

¹ Clairton José Weber Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (PPGEL/UNEMAT)
e-mail.: clairtonweber@gmail.com

na sua língua original e ou com pequena alteração ou ainda quando criado um neologismo, sofre influência de aspectos históricos.

O *corpus* de análise foi selecionado de acordo com a necessidade de demonstração, recorrendo a obras da literatura, quando necessário e, em especial, ao *Dicionário de Galicismos*, de Carlos Góis, obra esta que foi fundamental na elaboração deste artigo. Quando necessitamos de um aporte teórico para fundamentar o tratamento dos sentidos recorremos a Mikhail Bakhtin, a Ismael Coutinho e Rodrigues Lapa para considerações a respeito da linguística histórica.

Embora tenhamos optado por uma reflexão sobre empréstimos linguísticos, a pesquisa está concentrada nos galicismos e, ao longo das páginas que seguem, demonstraremos que um lugar mais apropriado poderia ser destinado aos termos que têm origem na França, berço de grandes pensadores, cuja capital não por acaso ostenta o título de “cidade luz”.

1 REFLEXÕES HISTÓRICAS INICIAIS

Existem dois tipos de tempo: o cronológico ou histórico e o psicológico ou metafísico. A Diacronia estuda a evolução da língua (falada e ou escrita), considerando sua evolução no tempo. Entretanto, novas perspectivas podem ser inseridas neste estudo. Aspectos que devem ser considerados até para a formalização de uma impressão a respeito das mudanças que ocorrem nas chamadas línguas vivas, quanto mais na elaboração de uma tese acadêmica que requer comprovação.

Contos, novelas, romances, enfim, a vasta literatura produzida pelo homem desde a invenção da escrita, os relatos bíblicos, repassados na oralidade de gerações em gerações foram escritos muitos anos mais tarde, portanto, têm marca temporal. Um estudo mais aprofundado em qualquer obra que venha a ser escolhida revelará detalhes que identificam o tempo cronológico em que foi escrita. Isso ocorre também com expressões artísticas diversas (música, escultura, teatro, pintura em tela e etc). Aqui falamos sobre o tempo cronológico ou histórico. O tempo cronológico corresponde às horas, dias, meses e anos. Já o tempo psicológico ou metafísico não está inserido neste plano, podendo variar de acordo com a história, avançar com um truque e o estilo do escritor ou retroceder no pensamento de uma personagem. Importa refletir sobre o conceito de tempo, para mais adiante alcançar melhor compreensão do fenômeno denominado *Galicismo*. Este, que precedeu o que hoje

conhecemos por *estrangeirismos* (termos provenientes de línguas estrangeiras e, em especial, da língua inglesa, incorporados, com ou sem adaptações, à língua nativa), será nosso objeto de estudo neste artigo.

Como a língua portuguesa é uma língua viva, observamos que, constantemente, são criadas novas formas expressivas, os neologismos. Ocorre que a língua portuguesa tem origem, a maioria dos vocábulos, do latim. “Da língua plebéia das tabernas e alfurjas, falada por soldados, por colonos e pequenos mercadores” (LAPA, 1991, p.35).

É de bom tom situar o leitor, em qualquer situação, no tempo da obra, ou do assunto em questão, portanto, cabe aqui orientar que a formação da língua portuguesa, idioma originário do oeste da Península Ibérica, língua oficial de Portugal e Brasil, entre outros, e presente na relação dos dez mais falados do mundo, está intimamente ligada aos fatos ocorridos na Lusitânia.

Rodrigues Lapa, quando fala a respeito da formação da língua portuguesa, nos dá a impressão que pretende transportar o leitor à velha Europa, ao momento em que ocorreu a invasão romana na Península Ibérica e, aos séculos que se seguiram, com a invasão dos *bárbaros* germânicos e três séculos depois a invasão dos árabes. Romanos, Germânicos e Árabes inseriram, com maior ou menor intensidade, sua língua e seus costumes, afinal, valia a lei do mais forte, do conquistador. Ao povo conquistado, a resignação e uma sutil e silenciosa resistência que hoje ainda é percebida.

Historiadores apontam Portugal como sendo uma das primeiras nações da Europa a apresentar o que hoje conhecemos como organização de Estado moderno, uma espécie de “Estado independente”, o Condado de Portucale, região conhecida naquele período como “terras portucalenses” (1112). A independência de Portugal do restante da península foi proclamada pelo príncipe dom Afonso Henriques (1143). Na ocasião, falava-se predominantemente uma língua chamada galego-português – uma evolução do latim vulgar. O português arcaico estava em construção e se consolidou no século XII. Os primeiros escritos só surgiram no século seguinte e a afirmação da Língua Portuguesa efetivamente ocorreu no século XV, com as grandes navegações e a descoberta do *Novo Mundo*, onde deve ser inserido o Brasil e toda a sua história.

Outras influências vieram depois enriquecer o vocabulário português: “acima de todas coloca-se a língua francesa”, afirma categórica e acertadamente Rodrigues Lapa (1991, p. 36).

Ele justifica sua afirmação relatando o fato de que o primeiro chefe de Portugal foi um nobre francês, o conde D. Henrique de Borgonha “e que franceses ou gente afrancesada combateram por Portugal logo nos primeiros tempos da nossa existência como nação livre” (LAPA, 1991, p. 37).

Expressão de uma cultura apurada, para dizer o mínimo, o francês deixou marcas profundas no vocabulário português. Teve tanta influência que sua inserção na nossa língua recebeu um nome especial, *Galicismo*. O nome, é bom que se diga, é o que designa os termos ou locuções afrancesadas que abundam a língua portuguesa. Esse termo (galicismo) provém de Gálias, nome dado à região onde hoje está estabelecida a França.

Galicismo: substantivo masculino (*gálici+ismo*)

- 1 - Palavra importada diretamente do francês; francesismo.
- 2 - Expressão à moda francesa.
- 3 - Palavra ou construção francesa empregada em detrimento do vernáculo.

A formação do léxico da língua portuguesa ganhou novos ingredientes. “O sistema lexical é a soma de experiências da sociedade e de sua cultura” (CARVALHO, 2009, p. 41).

Historiadores e linguistas, ao que parece, concordam com um ponto: a adoção do que hoje chamamos de estrangeirismos “é uma lei humana e particularmente portuguesa” (LAPA, 1991, p. 37). É apontada como uma fatalidade devido ao intercâmbio entre as civilizações (portugueses, franceses, ingleses e espanhóis) que cortaram os mares nos séculos XIV e XV.

O Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, José Aldo Rebelo Figueiredo apresentou no início deste século, o Projeto de Lei nº 1676-D, de 1999, no Congresso Nacional Brasileiro, restringindo o uso de termos estrangeiros na língua portuguesa. Apesar de sua aprovação, o referido projeto não se implantou de fato, pois isso depende, particularmente, do povo, dos usos e costumes. A experiência corrobora o que afirma Lapa (1991, p. 37).

É inútil e até grotesco berrar contra isso. A adoção dos estrangeirismos é uma lei humana e particularmente portuguesa: constitui como que uma fatalidade, devida aos intercâmbios das civilizações. A língua, especialmente o vocabulário, só tem a lucrar com isso. O ponto está em que essa imitação

não exceda os limites do razoável e não afete a própria essência do idioma nacional.

Ainda neste campo, trazemos as palavras de Machado de Assis, em 1853: “Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram-se com o tempo e a necessidade dos usos e costumes. A influência do povo é decisiva” (ASSIS apud CARVALHO, 2009 p. 89).

Parece-nos fundamental, para um melhor entendimento do tema que propomos, percorrer inicialmente, ainda que de forma superficial, os caminhos trilhados pela língua portuguesa desde sua formação na Península Ibérica da Idade Média, passando pelo “descobrimento” do Novo Mundo e sua consolidação como uma das mais importantes línguas faladas no planeta. Língua oficial de Portugal, do Brasil, principal país da América do Sul e de alguns países da África, para citar alguns.

O latim arcaico, por assim dizer, foi introduzido na Península Ibérica pelos romanos (o povo conquistador), contudo, não o Latim empregado pelos escritores da Roma Imperial, como ensina Lapa (1991), mas o Latim vulgar falado pelos soldados, mercadores, colonos, enfim, que pouco a pouco foi se tornando a língua dos vencidos.

Mais adiante retomaremos a relação intrínseca que se verifica entre o discurso e a história. Por hora, é importante perceber que no momento de sua consolidação como nação, Portugal conheceu uma característica muito comum: nas escolas, mesmo utilizando o idioma em formação, oriundo do latim vulgar, que funcionava como instrumento de comunicação social, tosco, abreviado e, sobretudo, concreto – utilizando as palavras de Lapa, o povo português tomou contato com a cultura latina e, por consequência, passou a utilizar o latim em suas duas modalidades: o latim vulgar para falar e o latim clássico para escrever.

Durante algum tempo, foi essa a língua usual na Península; mas o conquistador, por meio das escolas, foi derramando logo na terra conquistada o conhecimento da cultura latina, dos seus grandes escritores: de modo que, em breve, se deu um fato corrente em todos os idiomas: o lusitano começou a empregar duas línguas – uma, quando falava, outra quando escrevia. Sempre que um povo se adianta na cultura, essa distinção é inevitável (LAPA, 1991 p. 35).

Os franceses lutaram pela consolidação da nação lusitana. Soldados franceses estabeleceram-se no reino português formando famílias. Algumas regiões foram efetivamente colonizadas por franceses. Entre os historiadores e linguistas, em geral, é consenso que a influência francesa é muito antiga sobre a língua portuguesa. Produtos, costumes e ideias – e

consequentemente de seus nomes – começaram a chegar ao extremo oeste da Península Ibérica ainda no século X, e persistiu em maior ou menor intensidade nos séculos que se seguiram.

Williams (1975) explica que a arte dos trovadores provençais teve grande aceitação no Reino Português e muita influência na sua poesia. Mais tarde, já no século XIX, surgiram as ideias que formaram o movimento literário conhecido como Romantismo, para muitos, um marco literário sem precedentes. Esse conjunto de pensamentos ou concepções veio da Alemanha, da Inglaterra e, principalmente, da França.

O Galicismo é, por definição obtida na Enciclopédia Universal Paumape, uma locução ou construção de procedência francesa. No contexto da língua literária, é o mais importante dentre os estrangeirismos. Os galicismos de palavras ou locuções chamam-se léxicos; os de construção, sintáticos.

Os galicismos vocabulares são numerosos, inclusive alguns mantêm sua forma original: *toilette*, por exemplo. Outros adquiriram feição vernácula e estão perfeitamente integrados no seio do léxico português: *abandono*, *ativa*, *emoção*, *garantir*. Muitos estão em processo de aportuguesamento como *chassi*, *buquê*, *abajur* e *conhaque*, apenas para citar alguns. Enfim, não há como negar a influência linguística do francês no português. Sem se dar conta, os brasileiros utilizam no seu cotidiano, palavras e expressões francesas que foram inseridas paulatinamente tanto na língua como na cultura popular.

Nem todas as palavras herdadas do idioma francês têm o mesmo significado em português e outras tiveram sua significação semântica, digamos, ampliada. Neste caso, observemos a palavra *Chic*, chique em português. Esse adjetivo reúne em torno de si o que representa o idioma francês nos dias atuais (ler, falar e escrever em francês é sinônimo de cultura e condição social), registrando que o francês foi considerado por muitos anos o idioma internacional, aceito nos quatro cantos do mundo, *status* hoje dado ao idioma inglês.

Conforme o dicionário CEGALLA (2005 p. 192), **chique** pode significar:

1. Elegância; bom gosto, requinte. (substantivo masculino)
2. Elegância no trajar; muito chique (adjetivo): O estilista achou a primeira-dama muito chique;
3. De bom-tom; requintado: Todos começaram a achar chique contribuir para a campanha.
4. De bom gosto; elegante: Vi fotos chiques do ator.

Transportemos todos esses adjetivos para a língua, observando o que a França representou na constituição das nações, o que representa hoje em termos políticos na Europa e, especialmente na moda (vestuário) e compreenderemos a extensão do vocábulo *chique*.

O vocábulo está, ao nosso entendimento, ainda que comprovadamente oriundo do francês, carregado de todo o significado anteriormente citado, enquadrado na categoria de *brasileirismos*. Sua utilização, especialmente na oralidade, esboça um significado maior, transcendendo até o sentido original da palavra.

Se não, vejamos: no dicionário CEGALLA (2005 p. 192) há o vocábulo *chiquê*. Perceba-se que o assento gráfico está na última sílaba. A palavra passa a ser oxítona e substantivo masculino utilizado de maneira coloquial. A grafia é praticamente igual. Seu significado, no entanto, tem outra dimensão:

1. Elegância exagerada; luxo afetado; resolveu sair do chiquê que havia adotado desde a sua aparição.

Verdadeiramente, o brasileiro, utilizando o que já se convencionou chamar de *vernáculo*, vem incluindo novas variantes na língua portuguesa e, em muitos casos, simplesmente refazendo o significado original do vocábulo. Isso é percebido com o estudo diacrônico da língua tomada como um todo ou com recortes específicos.

2 LÍNGUA E HISTÓRIA

O conhecimento está nos livros. Pode evidentemente se manifestar de outras formas, porém, registrado está nos livros. Muitos anos antes de Guttemberg (1398-1468), que introduziu uma revolucionária forma de imprimir, os manuscritos mediavam o saber em todas as áreas e, materializavam por assim dizer, o falar do homem, a língua.

A escrita, como sabemos, é uma forma de manifestação discursiva muito importante - marco histórico da humanidade. Seu surgimento mudou para sempre a maneira como o homem exerceu seu domínio sobre os seres e as coisas existentes no universo. Permitiu bem mais do que simplesmente *registrar* para a posteridade.

O que propomos neste estudo é basicamente refletir sobre as possibilidades que se apresentam, a partir da utilização de determinados termos conhecidos como empréstimos

linguísticos, ou ainda neologismos. As possibilidades as quais nos referimos estão inseridas no campo semântico, ou seja, a significação dada à palavra e ou expressão em determinada época e evidentemente a sua absorção, seu entendimento. Assim, retomamos o tema principal de nossa reflexão e pretendemos, ao final, demonstrar que mesmo inconscientemente repassamos através da oralidade, em aulas expositivas, artigos científicos, ou até mesmo numa simples receita, ideologias, signos ideológicos.

O tema foi abordado com propriedade por Mikhail Bakhtin no início do Século XX, porém, teve maior enfoque a partir dos anos 70, com os estudos de linguística, especificamente. “A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” (BAKHTIN, 1997, p. 38) sustenta o filósofo, aduzindo que os atos ideológicos são acompanhados pela palavra. Mas, não pretendemos avançar tanto, apenas apresentar as possibilidades que temos a partir do enunciado.

Pensemos também nos empréstimos provenientes da língua inglesa, muito em *voga* por estes dias. Podemos apresentar como exemplo, a título de ilustração, a *internet*. Importa esclarecer alguns pontos, estabelecer diferenças e ampliar a compreensão acerca deste poderoso instrumento que transfere, muitas vezes de forma sutil, cultura e referentes de uma nação estrangeira sem que a população local se dê conta disso. “Resultam da fala, ou seja, do uso da língua – através da fala se produzem as mudanças no sistema lexical, mudando as normas e, conseqüentemente, criando novas normas”. (CARVALHO, 2009, p. 21).

Observe-se que ao vocabulário básico, adotado pelos lusitanos, foram incorporados também termos provenientes do latim clássico, visto que à medida que a sociedade portuguesa evoluía seu léxico, não conseguia atender às necessidades e essas palavras, introduzidas para atender primeiramente fins cultos, religiosos e literários, foram adotadas na forma escrita sem qualquer alteração. Anos mais tarde, já no Brasil, verificou-se algo semelhante. A origem dos termos, porém, foi outra.

Vamos adiantar aqui um exemplo: a definição da palavra “**creche**”, nos dias atuais, a partir de alguns dicionários:

- Dicionário Cegalla: Substantivo feminino. 1. Estabelecimento onde se cuida de crianças pequenas.
- Grande Dicionário Enciclopédico Novo Brasil: Substantivo feminino. 1. Asilo diurno onde se abrigam crianças pobres, cujas mães estão no trabalho; 2. Infantário.

➤ Grande Dicionário Enciclopédico Novo Brasil, em francês: *crèche*.

No Dicionário de Galicismos de Carlos Góes observamos a mesma grafia, ou seja: creche.

Convém acrescentar o que sustenta Carvalho:

Os elementos importados de outras línguas europeias foram introduzidos a partir da Idade Média, oriundos das demais línguas latinas, também em formação na época. Galicismos medievais, influência da França na nascente nação portuguesa, foram uma constante. Eles vieram tanto da *langue d'oui* do norte francês propriamente dito – como da *lague d'oc* – sul provençal. A França, como precursora na oficialização do idioma próprio, com seu documento escrito no ano de 842, teve enorme influência na fase de formação das línguas peninsulares (CARVALHO, 2009, p. 25).

Empréstimos linguísticos não europeus foram incorporados gradualmente à língua portuguesa a partir dos “descobrimientos” da África, Ásia e América. Especialmente no período das Grandes Navegações (século XVI), novos termos surgiram no contato com os autóctones. Algumas palavras, hoje definitivamente incorporadas à língua portuguesa, chegaram inclusive à Europa nos porões dos navios que transportaram escravos e enriqueceram o léxico das línguas de Portugal, e Espanha principalmente, pois é sabido que os espanhóis foram os grandes companheiros do descobrimento do Novo Mundo.

Enfim, não nos parece ser possível dissociar a formação do léxico de uma determinada língua e os eventos sócio-históricos que sofrem povos e nações ao longo de sua história. Poderíamos citar aqui, além das Grandes Navegações, outros eventos de menor impacto certamente, entretanto significativos, como por exemplo, as invasões, as guerras e porque não dizer migrações espontâneas promovidas ou por governos com fins de povoar determinada região, como é o caso dos açorianos, alemães e italianos que vieram ao sul do Brasil, japoneses no norte do Paraná e São Paulo, ou ainda, por questões de cunho econômico como é o caso dos nordestinos que saíram do norte para se estabelecer no sul, em especial no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro e dos sulistas que saíram do oeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para se estabelecer no Centro Oeste, a partir de 1970.

Carvalho ensina que a língua move-se ao longo do tempo numa corrente que ela própria constrói. As configurações mudam lentamente, moldadas pelo curso impessoal, sempre ampliando o léxico. Algumas podem ter causa determinada. Um exemplo que ilustra

com perfeição esse aspecto é a palavra *greve*. Carvalho explica que o ato de paralisar as atividades, tão comum aos operários hoje, recebeu o nome da *Praça de Greves*, onde se reuniam os que protestavam contra as condições de trabalho. Greves é o nome de um arbusto localizado às margens do Rio Sena em Paris (França), e lá foi construída uma praça que levou esse nome.

Os empréstimos linguísticos, explica Carvalho, podem ser classificados de várias formas, entre elas, de acordo com sua função, intenção ou necessidade de uso conotativo e denotativo. Necessário apresentar essa classificação para melhor compreender nossa reflexão: o denotativo introduz um objeto ou conceito novo na cultura em conformidade com a cultura exportadora, ao passo que o conotativo tem função expressiva, um recurso estilístico usado como imposição e depende do momento, pois resulta de determinada influência cultural. *Importar uma palavra é uma maneira de ver o mundo. Toda importação de termos é uma intrusão de uma cultura exógena. Não há neutralidade* (CARVALHO, 2009, p. 66).

Neste ponto nos apoiaremos em Orlandi. A pesquisadora sustenta que o sentido é história e a significação do discurso ocorre **na** e **pela** história. Ou seja, há uma amplitude maior na significação semântica de um determinado termo eleito pelo falante nativo para expressar-se utilizando um termo oriundo de outra cultura.

Assim, podemos compreender também que as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, nem são o reflexo de uma evidência. É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. Para isso, têm-se as condições de base, que é a língua, e o processo, que é discursivo, onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Ou, em outras palavras reúne sujeito e sentido (ORLANDI, 2007, p. 95 - 6).

Outro aspecto a considerarmos é a relação existente entre a palavra, seu significado e a tradição social impressa nestes caracteres. Ao escolher determinado termo para comunicar, o sujeito está assumindo uma posição histórica e ideológica bem definida. Dessa forma, podemos afirmar (fundamentados na escola francesa de análise de discurso) que a ideologia constitui inconscientemente o sujeito.

Mikhail Bakhtin sustenta que a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. Explica que até mesmo um produto de consumo pode ser transformado num signo ideológico e exemplifica seu pensamento com o *pão* e o *vinho*, símbolos religiosos utilizados no sacramento cristão da comunhão. Parece-nos que a associação entre o símbolo e o significado

foi construída ao longo dos séculos com objetivos específicos e assimilada paulatinamente pelos fiéis sem a mínima contestação.

O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa (BAKHTIN, 1997, p. 37).

O discurso religioso (sermão), a repetição do gesto e a mistificação do conjunto de objetos e palavras, ao longo dos anos, transferiram para além das fronteiras um determinado significado e este apresenta as relações existentes entre o signo e o significado nos dois níveis: na infra-estrutura e na superestrutura, também não percebida num primeiro momento.

Tomemos outro exemplo, um fragmento da riquíssima obra do Padre da Companhia de Jesus, Antonio Vieira (Lisboa, 1608 – 1697), maior vulto da prosa seiscentista e um dos mais famosos oradores sacros da humanidade. Convidado a emitir seu parecer acerca da administração dos índios na cidade de São Paulo, ele produziu um documento que ilustra muito bem o tema deste artigo: tradição, história e cultura nos empréstimos linguísticos. Ocorre, contudo, que neste caso, não se trata tão somente de empréstimos linguísticos, e sim de um sistema completo de fala.

Os anos de convivência (forçada, é bom que se diga) transformaram as relações entre índios e não índios. Os laços afetivos entre os filhos foram se estreitando de tal forma que, naquele momento a língua falada em casa era a utilizada pelos índios, uma prova incontestada de que a cultura e a tradição são transferidas de uma comunidade a outra através da língua e costumes:

Primeiramente, é certo que as famílias dos portugueses e índios em S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola; e desunir esta tão natural ou tão naturalizada união seria gênero de crueldade entre os que assim se criaram e há muitos anos vivem. Digo, pois, que todos os índios e índias que tiverem tal amor a seus chamados senhores, que queiram ficar com eles por sua livre vontade, o possam fazer sem outra alguma obrigação mais que a do dito amor, que é o mais doce cativo e a liberdade mais livre (VIEIRA *apud* LINS, 1974, p. 213).

Ainda neste fragmento, observamos que foi necessária a intervenção governamental para manter viva a língua dos colonizadores, quando Vieira aponta que os meninos das ditas

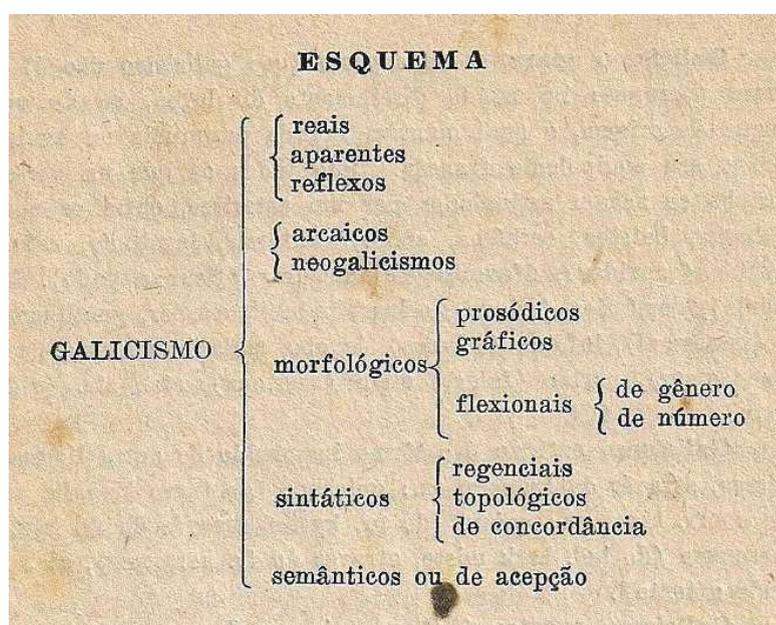
famílias vão aprender a língua portuguesa na escola. Como sabemos, o Marquês de Pombal proibiu por decreto (Diretório dos Índios, 1757) o uso das línguas indígenas na nascente sociedade brasileira.

Se falarmos **de** ou **em** tradição convém reforçar também que este fragmento escolhido registra que a educação, naquele século, como os que o precederam e por muitos anos ainda, foi destinada apenas aos homens. Com raríssimas exceções, as mulheres vieram a ter o “direito” de estudar (apenas no século XX).

3 FORMAS E USO DE EMPRÉSTIMOS LINGUÍSTICOS

O ilustre professor, escritor, poeta e filólogo Carlos Góis, já citado neste artigo, publicou, entre outras obras, o Dicionário de Galicismos. E é nesta obra que nos apoiaremos para classificar os galicismos estabelecendo alguns parâmetros e assim, melhor compreender o fenômeno linguístico que transfere significados e, porque não dizer, história e cultura através da língua.

Góis classifica os galicismos em reais, aparentes e reflexos. Arcaicos e neogalicismos e ainda morfológicos e sintáticos. Os morfológicos podem subdividir-se em prosódicos, gráficos, flexionais, desinenciais e radiculares. Já os sintáticos em regenciais, topológicos e de concordância. E, por fim, os galicismos semânticos ou de acepção. Eis o gráfico:



(GÓIS, 1949 p. 9)

Galicismo real é o termo ou expressão francesa importada diretamente. Destes, o professor Carlos Góis admitia o uso, ainda na primeira metade do Século XX, dos que não tinham termos equivalentes na Língua Portuguesa.

Galicismo aparente ou suposto é o termo que foi importado diretamente do Latim ou outra língua de origem e que tem equivalente em Francês. Aqui, vamos citar a palavra *fazer*, que é comum às duas línguas, quando utilizada na 3ª pessoa do singular e impessoal, ou seja, com sujeito indeterminado (faz frio), por exemplo. Mais adiante retomaremos esse vocábulo para classificá-lo como galicismo, de fato.

Galicismo reflexo é o que chega à língua portuguesa através do francês, ex.: *quiosque* (do turco *kieusjk*) ou ainda *quermesse* (do holandês *kerk misse*, através do francês *kermesse*).

Galicismo arcaico é o que caiu em desuso e remonta ao velho português. Como exemplo, apontamos *amás*, *cuco* e *affaires*.

Neogalicismo é o de importação recente. Góis aponta os oriundos na primeira metade do século XX, quando publicou seu dicionário e convém observar que até então, o formato educacional adotado no Brasil tinha a França como modelo. Exemplo: *aviação*, *derrapar*, *front*.

Galicismo morfológico é o termo português, cuja derivação ou estrutura se filia diretamente ao étimo (Vocábulo que constitui a origem de outro) francês. Então, teremos:

- a) prosódico, quando sua pronúncia reproduz servilmente o cunho francês, ex: *patina*, *Madagáscar*, *orquídeas*.
- b) gráfico, quando a grafia foge aos padrões congêneres do português para reproduzir servilmente o cunho francês. Os exemplos que citaremos a seguir, já passaram pelo crivo de uma reforma ortográfica e hoje não mais são escritos desta forma: *paysagem* (paisagem), *organisar* (organizar), contudo *Paris* continua com a grafia original e se enquadra perfeitamente nesta categoria.
- c) flexional de gênero é quando o acidente de gênero (masculino ou feminino) reproduz a flexão do vocábulo equivalente ao francês, ex: *o personagem*.
- d) flexional de número é o mesmo caso, ex: *os contra*.

e) desinencial, é aquele que foge do padrão congênere português para reproduzir servilmente a desinência francesa, ex: *telefone, assassinato*.

f) radicular: aquele cujo radical foge ao étimo português. Os exemplos citados por Carlos Góis também já sofreram reforma ortográfica (Nevrologia hoje Neurologia).

Galicismo sintático é a regência, concordância ou construção de uma frase com a utilização de preposições de acordo com a *indole* francesa, explica Góis. Nesta classificação, encontramos também a anteposição do sujeito ao verbo.

Por fim, ainda temos o Galicismo semântico. Este é o vocábulo formado no seio da língua portuguesa que reproduz acepção peculiar ao francês, ex: banal por vulgar; emoção por comoção ou sensação.

A produção literária brasileira é rica em exemplos. Uma rápida consulta às obras dos principais autores, especialmente a partir do século XVIII vai demonstrar que os escritores brasileiros utilizaram largamente os galicismos nas formas anteriormente citadas. No Dicionário de Galicismos, elaborado pelo professor Carlos Góis, temos um exemplo que particularmente nos interessa: o vocábulo *emprestar*.

Góis recorreu à obra *Inocência*, de Taunay (cuja história se passa no Estado de Mato Grosso), para exemplificar este galicismo.

Emprestar de (por “tomar emprestado a alguém”; Cf. o fr. *Emprunter* de). É curioso que este galicismo é corrente, não nas grandes cidades e nos meios cultos do Brasil (onde é por completo ignorado), mas no interior do país, notadamente no alto sertão, no seio das classes mais iletradas. Dizem: “Emprestei *de João* cinco cruzeiros” – por – Tomei emprestado cinco cruzeiros *a João*, ou João *emprestou-me* cinco cruzeiros. Taunay testifica o fato em sua obra *Inocência*, cuja ação decorre toda no interior do Brasil (GÓIS, 1949 p. 65).

Anteriormente, abordamos, por assim dizer, a origem semântica da palavra *greve* e aqui, apontaremos o seu uso na literatura. O escritor baiano Jorge Amado, numa de suas mais significativas obras, “*Capitães da Areia*”, utilizou fragmentos retirados do jornal folha da Tarde que circulava naquela década em Salvador. A obra é ambientada na capital da Bahia e podemos inferir que o ano seja 1937.

O “JORNAL DA TARDE” trouxe a notícia em grandes títulos.
Uma manchete ia de lado a lado na primeira página:

PRESO O CHEFE DOS “CAPITÃES DA AREIA”

Depois vinham os títulos que estavam em cima de um clichê, onde se viam Pedro Bala, Dora, João Grande, Sem-Pernas e Gato cercados de guardas e investigadores:

UMA MENINA NO GRUPO — A SUA HISTÓRIA
— RECOLHIDA A UM ORFANATO — O CHEFE
DOS “CAPITÃES DA AREIA” É FILHO DE UM
GREVISTA — OS OUTROS CONSEGUEM FU-
GIR — “O REFORMATÓRIO O ENDIREI-
TARÁ”, NOS AFIRMA O DIRETOR

(AMADO, 1989 p. 168)

Mais adiante e nesta mesma obra, Jorge Amado nos apresenta um narrador mergulhado em profunda reflexão e o tema central é justamente este, a *greve*. A personagem principal, Pedro Bala, o chefe dos Capitães da Areia, está meditando sobre a *greve* que se espalha na cidade de Salvador como se observa na narração que segue:

Mas hoje não são os Capitães da Areia que estão metidos numa bela aventura. São os condutores do bonde, negros fortes, mulatos risonhos, espanhóis e portugueses, que vieram de terras distantes. São eles, que levantam os braços e gritam iguais aos Capitães da Areia. A greve se soltou na cidade. É uma coisa bonita a greve, é a mais bela das aventuras. Pedro Bala tem vontade de entrar na greve, de gritar com toda a força do seu peito, de apartear os discursos. Seu pai fazia discursos numa greve, uma bala o derrubou. Ele tem sangue de grevista. Demais a vida da rua o ensinou a amar a liberdade. A canção daqueles presos dizia que a liberdade é como o sol: o bem maior do mundo. Sabe que os grevistas lutam pela liberdade, por um pouco mais de pão, por um pouco mais de liberdade. É como uma festa aquela luta (AMADO, 1989 p. 222).

Devemos retomar o pensamento de Bakhtin para inferir algumas considerações acerca das reflexões propostas na obra, em especial o fragmento selecionado. A literatura, como sabemos, não tem necessariamente função específica e atende a diversas áreas do pensamento e, neste caso, nos parece estar a serviço da propagação de uma determinada ideologia. Não cabe aqui nos posicionarmos, apenas tentar capturar o que se expressa nas palavras. Jorge

Amado as conhecia muito bem, sabia como utilizá-las e, nos devaneios da sua personagem, transmitiu uma mensagem considerada à época muito perigosa, razão pela qual a primeira tiragem foi praticamente destruída antes mesmo de chegar ao grande público. Hoje, os tempos são outros e sua obra foi traduzida em outras línguas nas quais certamente foi bem recebida e teve outras interpretações.

Bakhtin sustenta que “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” e que isso essencialmente é que mantém a língua viva.

Esse processo de transformação ideológica refletiu-se na língua, em grande escala, no mundo e na história; é ele objeto de estudo da paleontologia das significações lingüísticas, que põe em evidência a integração de planos da realidade ainda não diferenciados no horizonte social dos homens pré-históricos. Sucede o mesmo, em escala mais reduzida, na época contemporânea, já que a palavra, como sabemos, reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência social (BAKHTIN, 1997, p. 46).

Lima (2010, p.7) também abordou a questão, a partir da qual corrobora a ideia de que a palavra em uso seja na linguagem coloquial, formal ou ainda na oralidade se transforma.

Com base nesse teórico [Bakhtin] afirmamos que a palavra sai da neutralidade no momento em que entra em contato com as condições reais da comunicação discursiva, além de possuir um ou mais destinatário, porque ela passa a significar-se e a adquirir juízos de valor de acordo com uma situação real de uso em que está imersa.

Por fim, passaremos a analisar o verbo *fazer*. Este tem descrição mais apurada no Dicionário de Galicismos. Sua aplicação, na forma predicativa, por assim dizer, tem grande associação com seu correspondente francês *faire*. A correspondência não se limita à grafia semelhante, mas principalmente à formação das expressões associadas. Góis explica que algumas formas, com o passar dos anos foram resolvidas e apresenta alguns exemplos: fazer batalha ou fazer naufrágio (do português arcaico) por *batalhar* e *naufragar*. Outras, de uso mais recente, como fazer em pedaços por *despedaçar*, ou ainda fazer silêncio por *silenciar* (Verbo transitivo direto ou intransitivo).

Ele explica que a tendência na língua portuguesa é resolver o problema com a utilização de um “verbo-prefixo” e que a língua francesa caminha justamente em contrário.

É evidente que o Português, língua ciosa e rica, forceja por desvencilhar-se dessas formas compostas, que revelam grande penúria vocabular, senão insuficiência de derivação, de passo que o francês, sobre não alçar o menor

esforço por libertar-se delas, dia-a-dia lhes amplia as raízes e lhes agradece o rol ! (GÓIS, 1949, P. 74).

Ainda com o verbo *fazer*, encontraremos expressões de uso atual que ilustram por si só o alcance deste artigo; temos, por exemplo, fazer amizade, por não haver o verbo “amistar-se”, nos dias atuais amigar-se (Verbo pronominal), e que possui valor relativo. Outro exemplo: fazer política, porque o verbo “politicar” (Verbo intransitivo) tem sentido depreciativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguística pode ser abordada de duas formas: linguística sincrônica e linguística diacrônica. Utilizaremos, para melhor compreensão do enunciado, a definição proposta por Saussure (2008, p. 96).

É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, *sincronia* e *diacronia* designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução.

Isto posto, esperamos que nossa pesquisa tenha mostrado que o estudo diacrônico é um elemento importante e que deve ser considerado quando se observam as transformações ocorridas numa determinada língua.

O que normalmente poderia se supor, é que a tradição viria a manter os traços linguísticos encontrados no vocábulo original, contudo, o que percebemos, pelo menos nos termos apresentados neste estudo, é uma transformação, atualização, até mesmo a criação de neologismos e, a significação semântica, de fato, só é representada efetivamente quando o indivíduo utiliza o termo na sua grafia original, importada da língua mãe.

Tentamos aproximar essa reflexão do contexto escolar, utilizando termos que de uma forma ou de outra aparecem nas salas de aula. Não por acaso escolhemos o verbo *fazer*. A expressão “façam silêncio” é repetida aos milhares nas salas de aula espalhadas pelo país afora. Não é preciso andar muito para encontrar uma instituição de ensino infantil denominada *Creche*. Apesar de que, nos últimos anos, essas instituições de ensino têm sido reformadas e não se chamam mais educandários e sim pré I, pré II e outros semelhantes.

O que se coloca aqui são os resquícios de uma história recente de dominação intelectual profunda e silenciosa, quase imperceptível agindo mansa e sorrateiramente. Quando a ideologia não aparece explícita nas palavras, como *greve*, por exemplo, ela está nas expressões associadas.

Uma última consideração sobre a palavra. Esta instruiu, desviou, encaminhou, perverteu, emocionou, enfim, conduziu a humanidade por bons e maus caminhos. Foi bem e mal utilizada. A palavra, sempre ela. Antes até de ser pronunciada, já causa no seu locutor alguma emoção. Quando pronunciada, é sempre o objeto que move o mundo. Ação e reação. Maravilhosa ferramenta de transformação social. *Palavras não conhecem fronteiras* (CARVALHO, 2009, p. 15).

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Capitães da areia**. 68. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência de linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec. 1997.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** São Paulo: Ática, 1997.

CARVALHO, Nelly. **Empréstimos lingüísticos na língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. Ver. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

GÓIS, Carlos. **Dicionário de Galicismos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Sauer, 1949.

LAPA, M. Rodrigues. **Estilística da Língua Portuguesa**. Martins Fontes Editora, 1991.

LIMA, Valquiria Botega de. Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem. 12. ed. Universidade de São Carlos, 2010. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao12/artigos_01.php Acesso em 03/09/2010.

LINS, Ivan. **Para conhecer melhor Padre Antonio Vieira**. Bloch Editores S.A. Rio de Janeiro, 1974. In. Obras Várias: tomo II das Obras Escolhidas, notas de prefácio de Antônio Sérgio e Hernâni. Cidade, Livraria Sá da Costa, páginas 340 a 358).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Miniaurélio Eletrônico versão 5.12: Língua Portuguesa**. 2004. Edição eletrônica autorizada a POSITIVO INFORMÁTICA LTDA.

NOVO BRASIL. **Grande Dicionário Enciclopédico**. São Paulo: Novo Brasil Editora, 1979.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PEIXOTO, Paulo Matos. **Enciclopédia Universal Paumape**. São Paulo, SP: Paumape, 1986.

ROSA, Ubiratan (org). **Dicionário Poliglota Internacional**. São Paulo, SP: Novo Brasil, 1979.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 30. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2008.

WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.